



CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 05/2023

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 01/03/2023

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE
VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES
ANTONIO FRANCISCO COSTA DA SILVA
SARA CRISTINA CUPIDO CARMO GROU
LUÍS MIGUEL HORTA METROGOS

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

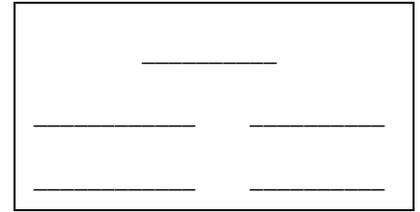
HORA DE ENCERRAMENTO: 18,30 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 23/02/2023

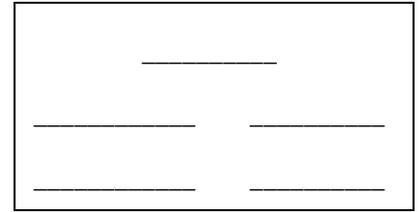
CAIXA	6.623,84 €
FUNDOS DE MANEIO	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 1-MARIA LUÍSA MARQUES MIRA FERREIRA.....	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 2- MARIA MANUEL GRILO ROBERTO.....	52,00€
FUNDO DE MANEIO 4 - RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 - JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS.....	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 6 - TERESA MARIA PIRES PENETRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 - HELENA ISABEL BARROS TORRÃO.....	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 9 - DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS.....	500,00€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.490.593,24 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00000345430	364.289,66 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00004293431	771,31€
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00005537330	4.983,12 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00006542530 - FEDER	38.848,27 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00007163830 - CAUÇÕES	2.033,11 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00007105850.....	34.749,79 €
B. S. T. - CONTA N.º 0018/10814784001	468.429,57 €
C. C. A. M. - CONTA N.º 0045/40122579668	225.375,76 €
C. C. A. M. - CONTA N.º 0045/40122579743	108.897,51 €
NOVO B. - CONTA N.º 0007/00102934558	40.068,55 €
NOVO B. - CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. - CONTA N.º 0036/99100014214	277.777,76€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.748.648,28 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.586.117,09 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	162.531,19 €



O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença de todos os membros do órgão. -----

São os seguintes os pontos da ordem de trabalhos desta reunião: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta; -----
2. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 15 de fevereiro de 2023; -----
3. Informação sobre a Atividade da Câmara; -----
4. Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----
5. Proposta de transferência de verba para a Associação G.A.T.A. – Grupo de Amigas Trianeras do Alentejo; -----
6. Proposta de transferência de verba para a ASTAVA – Associação de Solidariedade dos Trabalhadores das Autarquias Locais do Concelho de Viana do Alentejo; -----
7. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente datado de 17 de fevereiro de 2023, que concedeu licença à Associação A.M.Ar.T - Associação de Artes e Tradições de Alcáçovas para a realização de um Desfile de Corso Carnavalesco, em Alcáçovas, no dia 21 de fevereiro de 2023 -----
8. Proposta de emissão de parecer favorável à passagem por este Município da “40ª Volta ao Alentejo” (Prova velocipédica que decorrerá de 22 a 26 de março de 2023); -----
9. Proposta de aprovação da minuta do contrato de financiamento para Aquisição de equipamento de projeção digital de Cinema (DCP) e de vídeo, imagem e tecnologia para cineteatros e centros de arte contemporânea públicos; -----
10. Proposta de abertura de concurso para venda de quinze lotes de terreno destinados a habitação, nos termos do Regulamento Municipal aplicável; -----
11. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente datado de 17 de fevereiro de 2023, que concedeu licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas à A.M.Ar. T- Associação de Artes e Tradições de Alcáçovas, para realização de um evento musical (Desfile de Corso Carnavalesco), no dia 21 de fevereiro de 2023; -----
12. Proposta de emissão de licença especial de ruído e de isenção do pagamento de taxas para evento musical (Baile de Finalistas), organizado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação de Viana do Alentejo, a realizar no dia 11 de março de 2023; -----
13. Proposta de emissão de licença especial de ruído para evento musical, organizado por Maria João Calhau Caeiro, no dia 19 de março de 2023; -----
14. Proposta de aprovação da 4ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----
15. Proposta de aprovação da 4ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----



16. Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para 2023, a fim de ser submetido à Assembleia Municipal; -----

Não se verificou a presença de público. -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia.---
O Senhor Presidente referiu que para esclarecimento das questões relacionadas com as reprogramações da Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, solicitou a presença da Técnica Vanda Viriato, afeta ao GADE- Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento do Concelho de Viana do Alentejo, à qual passou a palavra.-----

A Técnica Vanda Viriato referiu que a operação em causa já teve duas reprogramações temporais, tendo uma delas sido submetida em agosto de 2021 (com previsão de conclusão da operação em abril de 2022) e a outra submetida em novembro de 2022 (com previsão de conclusão da operação a 29 de setembro de 2023). -----

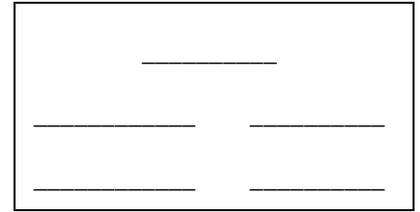
Assim, atualmente, a data de previsão da conclusão da obra é 29 de setembro de 2023. -----

Disse a Técnica Vanda Viriato que na sequência de uma reunião realizada com a CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, em junho de 2022, foi-lhe enviado um e-mail, comprometendo-se o Município a efetuar a Operação até 31 de dezembro de 2023. Acrescentou que o contrato de empreitada respetivo foi submetido no Balcão 2020 no dia 22 de janeiro de 2023 e que foi obtida a informação de que a CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central havia pedido um parecer jurídico à CCDRA- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no passado mês de fevereiro. Disse a Técnica que só após o Município rececionar este parecer jurídico, poderá solicitar a nova reprogramação financeira e temporal da Operação. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, atendendo a que anteriormente tinha colocado questões sobre esta matéria, perguntou os motivos pelos quais foi necessário o pedido de parecer jurídico e porquê no âmbito da CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. -----

Quanto ao facto de ter sido a CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central a solicitar o parecer, a Técnica Vanda Viriato esclareceu que isso deve-se ao facto da candidatura ter sido efetuada no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alentejo Central. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse necessitar então de perceber qual o motivo do pedido de parecer jurídico e se na reprogramação a efetuar, o Município irá tentar enquadrar despesas que atualmente são consideradas não elegíveis e por isso não financiadas, de forma a poderem vir a ser consideradas elegíveis e objeto de financiamento. -----



A Técnica Vanda Viriato confirmou que a reprogramação que irá ser feita, terá em consideração a totalidade da despesa realizada até ao momento. Quanto ao pedido de parecer jurídico, disse esta técnica que a questão se prende com a primeira revisão de preços que foi feita, não tendo por ora mais elementos sobre este assunto.-----

O Senhor Vereador Luís Metrogos referiu-se à necessidade da CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central necessitar de pedir pareceres jurídicos externos, em virtude de atualmente não dispor de jurista, estando em curso um procedimento para a sua contratação. Disse ainda este Vereador que a última reprogramação que foi feita no âmbito da Operação de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa”, suscitou algumas dúvidas à CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, em matéria de revisão de preços e daí que tenha havido necessidade de juntar um conjunto de questões (deste e doutros Municípios) e pedir pareceres jurídicos sobre elas. -----

Aproveitando a presença da Técnica Vanda Viriato, o Senhor Presidente solicitou-lhe que informasse sobre a proposta constante do ponto 9 da Ordem de Trabalhos, concretamente a aprovação de uma minuta de contrato de financiamento para a aquisição de equipamento para o cineteatro Vianense. -----

A Técnica Vanda Viriato referiu que no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência(PPR) foi lançada a Orientação Técnica Nº 08/C04-i01/2022 de 29/06/2022, que se insere no Investimento “RE-C04-i01 – Redes Culturais e transição Digital”, com concretização através da implementação da Medida de Investimentos “C04-i01-m02 – Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais” e com enquadramento na “Componente C04 – Cultura”. Disse que esta medida tem como objetivo modernizar a infraestrutura tecnológica dos equipamentos culturais públicos e promover a respetiva transição digital, tendo o cineteatro vianense sido contemplado com uma dotação de 150.000,00€, acrescida de IVA (o IVA não é elegível), para aquisição de: -----

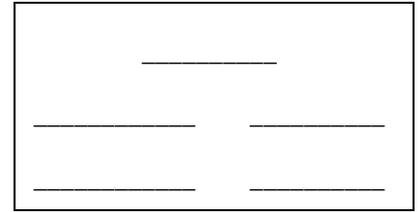
- Equipamento de projeção digital de cinema (DCP), com um custo de referência unitário de 50.000,00€, acrescido de IVA. -----

- Sistema de vídeo e imagem, com um custo de referência unitário de 100.000,00€, acrescido de IVA. -----

Acrescentou que face a esta informação, o GADE contactou o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), que informou que estas operações não necessitam de elaboração de uma candidatura por parte do Município e que após a celebração de um contrato de financiamento entre o GEPAC e o Município, se poderá dar início à execução da operação. -----

No dia 24 de fevereiro de 2023, foi rececionada, para aprovação, a minuta do referido contrato. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos perguntou se foi verificado se o montante do financiamento é suficiente para a aquisição dos equipamentos que o Município pretende adquirir. Deixou também uma



nota quanto à possibilidade de o Município poder eventualmente vir a ser ressarcido do montante do IVA, apesar de à data não ser considerado elegível. -----

A Técnica Vanda Viriato referiu que a indicação que tem, por parte dos técnicos, é que o montante do financiamento é suficiente para adquirir os equipamentos referidos. -----

O Senhor Presidente reforçou que, segundo a informação que obteve por parte dos técnicos, o montante é suficiente para a aquisição dos equipamentos.

O Senhor Presidente, quanto às questões que lhe tinham sido anteriormente colocadas em relação ao Conselho Regional da CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, designadamente quais as linhas gerais que tinham sido apontadas; disse que a Senhora Ministra Ana Abrunhosa apontou como prioridades: -----

- As Tecnologias de Informação-----

- As Estratégias Locais de Habitação -----

- Os ciclos urbanos da água-----

- As questões demográficas-----

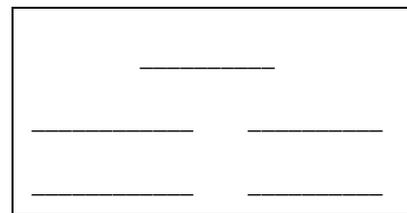
- A gestão de territórios virados para a população mais idosa-----

- Proteção de obras de arte existentes ao longo das vias. O Senhor Presidente, a este propósito, disse que na sequência da intervenção do membro Nuno Grave na última sessão da Assembleia Municipal, tomou conhecimento de que existem mais obras de arte e mais monumentos do que aqueles que imaginava, pois segundo aquele membro existem dezanove pontos com obras de arte. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que segundo a informação transmitida no Conselho Regional e pela primeira vez na história, vai ser possível utilizar fundos do Quadro 2020-2030 para obras que transitem do anterior quadro comunitário de apoio. -----

O Senhor Presidente informou que a empreitada de Requalificação da EBSIS está a decorrer a um ritmo normal e que foi recebida a informação da aprovação da candidatura da primeira fase dos tanques. Acrescentou ter sido também recebida a comunicação da aprovação da reprogramação da candidatura relativa à Área de Serviço para Autocaravanismo. -----

O Senhor Presidente informou que decorreu hoje de manhã o auto de abertura das propostas relativas aos lotes de terreno da zona industrial de Viana do Alentejo. Referiu que foram recebidas quatro propostas, por parte de três concorrentes, dado que um deles concorreu a dois lotes. Deste procedimento resultará a atribuição de dois lotes pelo que surgirão dois novos investimentos na Zona Industrial de Viana do Alentejo. -----



O Senhor Presidente realçou que devido a esta iniciativa da Câmara foram criadas condições para que mais dois empresários possam expandir os seus negócios, com a possibilidade de serem criados novos postos de trabalho. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que consta da Ordem de Trabalhos da reunião de hoje uma proposta de abertura de concurso para atribuição de quinze lotes habitacionais, medida que disse considerar bastante importante, sendo as condições de acesso limitadas a residentes no concelho, para já. Esta opção-disse-prende-se com o facto de os lotes serem postos à venda com preços bastante apelativos, pretendendo-se torná-los atrativos, em primeiro lugar, para os residentes no concelho. -----

O Senhor Presidente informou que foi hoje realizado um simulacro no lar de Aguiar, sendo este o terceiro simulacro desde o início do atual mandato (o primeiro foi realizado na Escola Dr. Isidoro de Sousa e o segundo ocorreu no Centro Infantil do Imaculado Coração de Maria). Acrescentou que todas as entidades envolvidas, nomeadamente aquelas onde os simulacros têm ocorrido, se têm manifestado de uma forma bastante positiva. -----

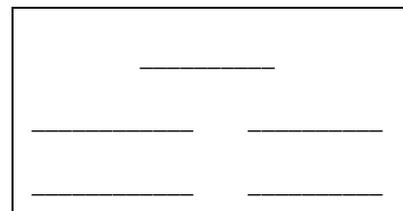
A Senhora Vereadora Sara Grou perguntou se os simulacros têm sido somente na vertente dos incêndios. -----

O Senhor Presidente esclareceu que em paralelo com a vertente incêndio, têm existido outras, designadamente evacuação de feridos, acidentes de viação, etc. -----

O Senhor Presidente disse ainda que está prevista a realização de um outro simulacro, direcionado para as dificuldades da atuação dos meios de socorro nas ruas estreitas, com veículos por vezes mal-estacionados. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva considerou bastante positiva a disponibilização de lotes, quer industriais, quer habitacionais. Em matéria de habitação, referiu que a melhor estratégia para se atuar, nomeadamente incentivando a habitação própria, deve partir das entidades públicas, disponibilizando os seus espaços, tentando assim equilibrar os preços de mercado. Disse este Vereador que o Governo avançou com um conjunto de iniciativas sobre esta matérias, as quais lhe parecem negativas por irem contra esta filosofia, gerando desconfiança e desequilíbrio. Acrescentou que o Estado Central e as Autarquias deverão dar o exemplo, disponibilizando o seu património, sempre que possível, de forma a equilibrar os preços de mercado. -----

Disse ainda este Vereador ter estranhado bastante o silêncio dos autarcas relativamente à proposta apresentada pelo Governo. Sublinhou que o Estado Central, no âmbito dessa proposta, “vai mexer” nos impostos das Autarquias, com alterações significativas no IMI e nos Planos de Ordenamento do Território, chocando-o o silêncio da maioria dos autarcas deste país e o facto de estarem totalmente acríticos a uma situação que pode vir a influenciar as contas municipais. Sublinhou também que o



Governo vai disponibilizar verbas (cerca de 180 milhões de euros) para os municípios se endividarem e fazerem aquilo que o Estado não faz, ou seja, o Estado vai emprestar dinheiro aos municípios para que estes possam converter imóveis degradados. Disse este Vereador ficar completamente chocado com o silêncio da maioria dos autarcas, quando estão em causa diversos aspetos negativos que esta medida acarreta para os municípios.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva manifestou o seu regozijo pelo facto do Município de Viana do Alentejo ter disponibilizado lotes de terrenos, a preços convidativos, para que os jovens e outros munícipes que pretendam ter habitação própria, possam construir as suas casas.-----

Este Vereador realçou que não tendo os municípios o objetivo do lucro, mas sim a vertente social, este é um caminho correto, até no sentido da fixação de pessoas nos seus territórios. -----

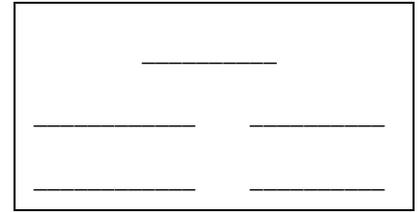
O Senhor Vereador António Costa da Silva fez votos de que este procedimento não se cinja à freguesia de Viana do Alentejo, mas seja replicado nas freguesias de Alcáçovas e de Aguiar. Acrescentou que há muito tempo que o Município tem pouca intervenção sobre a matéria da habitação pelo que importa encontrar novos mecanismos para promover a fixação de pessoas. -----

A propósito do que foi referido pelo Senhor Presidente acerca da intervenção da Senhora Ministra da Coesão no Conselho Regional da CCDRA, designadamente quanto à preocupação sobre demografia, disse o Senhor Vereador António Costa da Silva que se não houver condições para fixar pessoas na região, o problema mantém-se. Acrescentou que existem dois fatores essenciais para promover essa fixação, concretamente, o emprego e a habitação. -----

Quanto às medidas e prioridades apresentadas pela Senhora Ministra da Coesão, disse este Vereador que lhe parece “mais do mesmo”, excecionando o ciclo urbano da água, sobretudo as intervenções em baixa, embora considere que as verbas ficam muito aquém, não sendo suficientes para acudir a todas as necessidades do Alentejo. -----

Quanto às obras de arte referidas pela Senhora Ministra da Coesão, disse o Senhor Vereador António Costa da Silva que lhe parece nada terem que ver com aquilo que o Senhor Presidente referiu. Disse que do que lhe parece, as obras de arte referidas pela Senhora Ministra reportar-se-ão a pontes, viadutos, etc. que se vão encontrando ao longo das vias. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva felicitou as Associações que promoveram os desfiles de Carnaval em Viana do Alentejo e em Alcáçovas, respetivamente o Grupo de Amigas Trianeras do Alentejo e a Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas. Acrescentou que considera uma “brincadeira muito saudável” o arremedar de personalidades locais, tal como sucedeu este ano em Alcáçovas. Em sua opinião, este tipo de brincadeira dá vitalidade e autenticidade ao Carnaval local e deve ser incentivado. --



O Senhor Vereador António Costa da Silva felicitou também o Sport Club Alcaçovense pela organização do Segundo Trail dos Moinhos, em Alcáçovas, com a participação de cerca de 250 atletas. -----

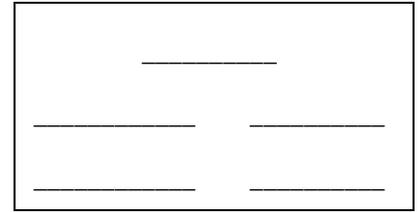
Quanto à Estratégia Local de Habitação, disse o Senhor Vereador António Costa da Silva não ter percebido a intervenção que a este propósito foi feita pelo Senhor Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia Municipal, quando se referiu à divergência de opiniões entre o executivo em regime de permanência e a Empresa consultora Ernst & Young. Neste contexto, este Vereador perguntou quando é que a população de Aguiar irá ter a apresentação de todo este processo, dado que já estamos em março e as pessoas precisam de uma calendarização e de um plano para poderem organizar as suas próprias vidas. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu-se a algumas falhas de iluminação junto à Praça da República e na própria Praça da República em Viana do Alentejo, designadamente com candeeiros apagados e iluminação de chão inoperacional já há muito tempo. Perguntou o que é que o Município tem feito para procurar resolver esta situação. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu-se à moção apresentada pelo VIVA na última sessão da Assembleia Municipal, relativamente à guerra da Ucrânia. Recordou que no ponto quatro dessa moção, como forma de simbolizar a solidariedade do Município de Viana do Alentejo, para com o povo ucraniano, foi proposto que o Castelo de Viana do Alentejo fique iluminado com as cores da bandeira da Ucrânia, durante uma semana. Conforme foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara nessa sessão da Assembleia Municipal, quer a hipótese do Castelo quer a hipótese do Santuário da Senhora D'Aires envolvem outras entidades que terão de ser consultadas, nomeadamente a Direção Regional da Cultura e a Paróquia. Disse este Vereador que se houver algum impedimento por parte das referidas entidades, é necessário procurar então outras alternativas, por exemplo, na Praça da República, junto à fonte. Perguntou este Vereador quais os avanços em relação à concretização da proposta aprovada, nomeadamente quanto aos contactos efetuados e às alternativas encontradas. -----

O Senhor Presidente, quanto às questões colocadas, disse o seguinte: -----

- a) Relativamente aos lotes, é intenção seguir idênticos procedimentos em Alcáçovas e em Aguiar. No caso de Viana do Alentejo, o processo estava facilitado, tendo sido apenas necessário desencadear a abertura dos concursos. Em Alcáçovas e em Aguiar já não será assim tão fácil, sendo que existem alguns problemas na Zona Industrial de Alcáçovas. Contudo, existe a expectativa de se conseguirem colocar à venda mais alguns lotes dado que existem empresários com bastantes dificuldades e a necessitarem urgentemente dessa possibilidade de disponibilização de lotes. Recordou ter sido feita, pelo anterior executivo uma tentativa de resolver, com os empresários, alguns problemas existentes, não tendo sido possível. Este



executivo está a tentar resolver estes problemas, mas priorizando a disponibilização dos lotes. Quanto a lotes habitacionais, é intenção tentar vir a disponibilizar alguns lotes, não se sabendo ainda se tal será possível. -----

b) Quanto aos desfiles de Carnaval no Concelho, felicitou as Associações envolvidas, as quais prepararam a iniciativa, cada uma à sua maneira. Em Alcáçovas, tal como é tradição, sublinha-se a vertente da crítica, que por não ser ofensiva, se torna engraçada. -----

c) Quanto à Estratégia Local de Habitação, disse que o executivo em regime de permanência queria já ter esclarecido a população, mas que a empresa consultora considera dever lançar primeiro os procedimentos e só depois fornecer a informação às pessoas. O processo está em andamento, já tendo existido levantamentos no local e reuniões com o IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. -----

Se a empresa consultora não quiser avançar de imediato com o esclarecimento à população, será a Câmara a fazê-lo.-----

d) Quanto à iluminação pública, disse que têm sido permanentemente reportadas as avarias, embora este processo não esteja a ter os efeitos práticos que se desejam. A zona da Praça da República está reportada, mas por enquanto sem resultados. -----

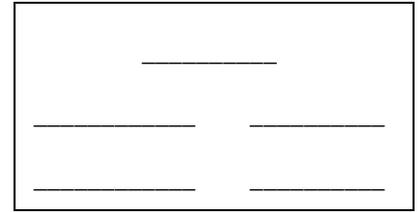
e) Quanto à moção do VIVA sobre a guerra na Ucrânia, terão de ser pedidas autorizações quanto aos dois locais sugeridos, não tendo ainda sido feitos esses contactos. Se a resposta for negativa, será encontrada uma alternativa, sendo possibilidades a Praça da República de Viana do Alentejo, a Praça da República de Alcáçovas e o Largo de Aguiar. Todos estes locais têm visibilidade e espaços brancos nos quais será possível projetar as cores da bandeira da Ucrânia.

O Senhor Vereador Luís Metrogos deixou uma nota positiva pelo facto de terem sido aprovadas as candidaturas relativas aos tanques e à área de autocaravanas. -----

Quanto aos lotes industriais, este Vereador regozijou-se pelo facto dos dois empresários a quem serão atribuídos lotes, ficarem em melhores condições para a realização do seu trabalho. Perguntou este Vereador se irá ser aberto novo procedimento para atribuição dos lotes que sobraem e se isso será feito de imediato. Perguntou ainda se a abertura das propostas relativas aos lotes não terá de ocorrer perante a Câmara Municipal. -----

O Senhor Presidente esclareceu que da informação que obteve, a abertura das propostas decorre perante uma comissão. -----

Por indicação do Senhor Presidente, a chefe da Divisão de Gestão de Recursos confirmou que nos termos do Regulamento Municipal aplicável, a abertura de propostas decorre perante uma comissão que o Senhor Presidente nomeou, embora seja da Câmara a competência para a atribuição dos lotes. -----



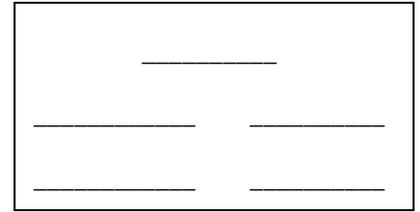
Disse o Senhor Vereador Luís Metrogos considerar bastante positiva a abertura de concurso para atribuição de lotes habitacionais. Recordou que há cerca de um ano, os Vereadores do PS tinham manifestado a preocupação pelo facto de alguns jovens terem dificuldades no acesso à habitação, nomeadamente através do arrendamento, sendo que a disponibilização de lotes por parte do Município, ajudaria a colmatar essas dificuldades. Assim, disse ver com bastante agrado, a concretização dessa proposta. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos, quanto às questões relativas à Habitação, considerou que as dificuldades de acesso à mesma, afetam todos e são comuns a todo o país, designadamente quanto ao aumento das rendas. Disse que havendo ou não concordância com as medidas do Governo sobre esta matéria, o Programa “Mais Habitação” é para ser implementado. Acrescentou que considera que há medidas muito positivas, embora não seja alheio à possibilidade de virem a ser afetados os orçamentos municipais. Contudo, disse que em sua opinião, o foco deverá ser as maiores possibilidades conferidas à população no sentido de conseguirem adquirir habitação, uma vez que neste momento há grandes dificuldades para que as famílias consigam pagar as suas rendas. Assim, em sua opinião, quaisquer medidas que ajudem a mitigar estes impactos, devem ser entendidas como positivas. -----

Disse ainda o Senhor Vereador Luís Metrogos que neste momento o Programa “Mais Habitação” está em consulta pública, considerando muito importante que o Município de Viana do Alentejo se prepare para divulgar o conteúdo desse Programa, pois irão existir muitas dúvidas sobre como é que as pessoas poderão beneficiar de algumas medidas, devendo o Município ter um papel de interlocutor e de apoiante dos munícipes. Este Vereador realçou a medida relativa à simplificação dos processos de licenciamento, considerando importantíssima a informação às pessoas por parte do Município. Disse ainda este Vereador que outra medida importante prende-se com o aumento do número de habitações no mercado de arrendamento e que no tocante às medidas de proteção às famílias é fundamental a informação e a prestação de esclarecimentos por parte do Município. -----

Também o Senhor Vereador Luís Metrogos se referiu à necessidade de reforçar a divulgação do Programa “Porta 65”, o qual já está mencionado nos meios de comunicação do Município mas que importa que seja complementado com uma nova medida “ Porta 65 Mais”, dirigida a pessoas com uma idade superior a 35 anos.-----

Tratando-se de diversas matérias com interesse para os munícipes e suscetíveis de criarem muitas dúvidas, o Senhor Vereador Luís Metrogos sugeriu que o Município disponibilize um canal de comunicação específico para as questões da Habitação, em linha com a medida que tomou no sentido da venda de lotes para construção de habitação.-----



Quanto à Estratégia Local de Habitação, o Senhor Vereador Luís Metrogos recordou que havia sido dada a informação de que o cronograma respetivo seria dado a conhecer em janeiro, bem como foram adiantadas diversas datas para as reuniões com os moradores do Bairro Pré-Fabricado de Aguiar. Disse que efetivamente nem o cronograma foi apresentado, nem a reunião aconteceu. Este Vereador salientou a importância e a urgência da realização dessa reunião com os moradores, os quais frequentemente perguntam pelo estado do processo. Acrescentou que desde agosto de 2021 nada avançou, não existindo projetos de arquitetura, nem procedimentos abertos, nem candidatura formalizada. Sublinhou a gravidade desta situação e pediu ao Senhor Presidente que adiantasse uma data para a reunião com os moradores, recordando que há uma empresa contratada para esta matéria, a qual tem um caderno de encargos para cumprir e está a ser paga pelo Município que é o promotor da iniciativa. -----

O Senhor Presidente considerou ser fácil e muito útil a divulgação do Programa “Mais Habitação” e “Porta 65 Mais”, não existindo qualquer dificuldade nessa divulgação através do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, desde que as técnicas estudem previamente o pacote de medidas lançadas pelo Governo. Acrescentou que todas as medidas que o Município puder tomar para ajudar a fixar a população, serão muito úteis. -----

Quanto à Estratégia Local de Habitação, disse o Senhor Presidente não conseguir informar, para já qual a data da reunião com os moradores do Bairro Pré-Fabricado de Aguiar. Disse que tentará conciliar posições com a Empresa Consultora, mas que se tal não for possível, a Câmara realizará essa reunião, tencionando ir informando a população à medida que os procedimentos forem evoluindo. -----

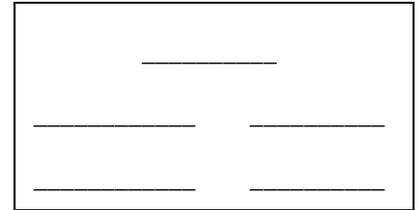
Relativamente à disponibilização de lotes na Zona Industrial de Viana do Alentejo, disse o Senhor Presidente que é intenção abrir novo concurso para os lotes que ficaram por atribuir no procedimento que agora findou. -----

Os Senhores Vereadores Luís Metrogos e António Costa da Silva reafirmaram o seu interesse em participarem na reunião a realizar com os moradores do Bairro Pré-Fabricado de Aguiar. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, relativamente à candidatura que foi formalizada ao abrigo do Programa “Acessibilidades 360 graus”, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, perguntou qual o ponto de situação.-----

O Senhor Presidente informou que já por diversas vezes foi questionado o motivo de falta de resposta, dado haver conhecimento de respostas positivas para outros municípios. Contudo, no caso deste Município, ainda não existe qualquer informação. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou felicitou as Associações de Viana do Alentejo e de Alcáçovas que organizaram os desfiles de Carnaval no Concelho, contribuindo assim para que as tradições se



mantenham. Felicitou igualmente o Grupo Associativo de Jovens de Aguiar e a Sociedade União Alcaçovense, pela organização dos bailes de Carnaval, contribuindo assim para o retomar das tradições existentes antes da pandemia de Covid-19. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou deixou também uma nota de reconhecimento às duas Associações que anteriormente organizaram os desfiles de Carnaval em Viana do Alentejo e em Alcáçovas, respetivamente “O Restolho” e a Associação de Jovens de Alcáçovas. No tocante ao Carnaval de Alcáçovas, a Senhora Vereadora Sara Grou recordou o Sr. Veríssimo Grosso, já falecido, grande impulsionador das atividades carnavalescas naquela freguesia. Finalmente, a par da nota positiva para as iniciativas carnavalescas realizadas, a Senhora Vereadora Sara Grou deixou também uma palavra de incentivo para que no futuro se continue a trabalhar desta forma, independentemente das Associações que promovam os festejos. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou deixou uma palavra de apreço ao Sport Club Alcaçovense pela realização do Segundo Trail dos Moinhos, iniciativa que reúne centenas de atletas neste Concelho, designadamente a freguesia de Alcáçovas, trazendo-lhe bastante dinâmica que se alarga ao concelho se existir uma boa divulgação. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou desejou que as Associações do concelho “voltem à época pré-covid” e continuem a trabalhar bem, como faziam anteriormente, conferindo dinâmica ao concelho. -----

O Senhor Presidente referiu que as Associações que anteriormente promoviam os desfiles de Carnaval no concelho, foram previamente contactadas, tendo as mesmas informado não terem condições para assumir a organização das iniciativas. -----

Passou de imediato à Ordem de Trabalhos: -----

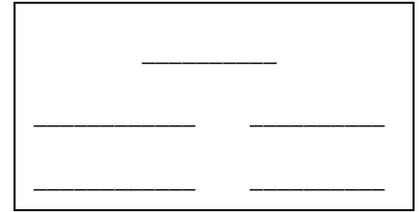
Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da reunião. -----

Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 15 de fevereiro de 2023 –

Este ponto não foi discutido dado que o documento não foi enviado aos membros do órgão, por impossibilidade da sua elaboração. -----

Ponto três) Informação sobre a Atividade da Câmara- A Câmara tomou conhecimento da atividade realizada entre 11 e 24 de fevereiro de 2023. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos disse que neste momento, com o avanço da recolha seletiva, é importante que o Município prepare o próximo passo. Disse este Vereador que atualmente, no concelho, “há uma duplicação de recolhas”, ou seja, é feita a recolha seletiva porta-a-porta e é feita a recolha de indiferenciados pelo sistema tradicional. Daí que seja necessário preparar, também no sistema porta-a-porta, a recolha de lixos indiferenciados. Disse este Vereador ter consciência de que este processo é



gradual, embora seja necessária a sua implementação para reduzir os custos com as taxas de resíduos. Acrescentou que o aumento de custos com a recolha porta-a-porta, a longo prazo será compensado com a redução dos depósitos em aterro, diminuindo assim a taxa de resíduos que o Município paga e que é “uma brutalidade”. -----

Disse ainda este Vereador que é preciso avançar no sentido da responsabilização das pessoas quanto à recolha seletiva e que essa modalidade “se sinta no bolso das pessoas”, ou seja, é preciso caminhar para um sistema em que aqueles que separarem mais, paguem menos. Acrescentou que dos municípios que integram a CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central são os municípios que estão à frente na recolha porta-a-porta. Assim-disse-para que continuemos a ser pioneiros, é importante que o Município de Viana do Alentejo dê os próximos passos, porventura utilizando uns sacos de lixo de cor diferente e recolhendo o lixo indiferenciado porta-a-porta. Frisou ainda este Vereador que o caminho terá de ser preparado para que a médio prazo, os procedimentos possam ser implementados. -----

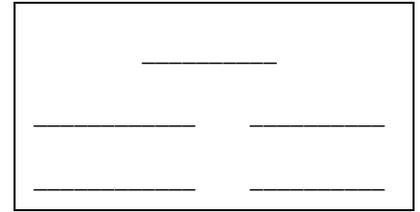
O Senhor Presidente, quanto ao montante elevado da taxa de resíduos que o Município paga, clarificou que assim sucede em todos os municípios. Disse também que Viana do Alentejo está incluído num grupo de municípios pioneiros nesta matéria, caminhando a bom ritmo para que no futuro haja redução efetiva da taxa de resíduos. Acrescentou que as pessoas estão a aderir à recolha seletiva, indiciando que estão a dar importância a esta matéria. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos voltou a sublinhar que o Município de Viana do Alentejo está sobrecarregado com os custos das duas modalidades de recolha e é isso que terá de ser alterado, em linha com o que sucede nos demais municípios da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva deixou uma nota de felicitação às pessoas que têm vindo a aderir progressivamente ao processo de separação dos resíduos domésticos, excelente sinal de que estão sensibilizadas. Disse este Vereador que os outdoors que foram colocados sobre esta matéria, lhe parecem pouco eficazes, não sendo apelativos para uma questão tão essencial. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou, em sintonia com o que foi referido pelo Senhor Vereador António Costa da Silva, apelou a que os outdoors possam ter outra configuração, de forma a que possam ser lidos facilmente e passem a mensagem que é pretendida, de forma apelativa. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou realçou a importância dos resíduos indiferenciados passarem a ser recolhidos porta-a-porta, tal como referido pelo Senhor Vereador Luís Metrogos, constatando-se que a adesão das pessoas ao processo de separação dos resíduos é gradual e passa por um processo de sensibilização progressiva. -----



Quanto aos outdoors, o Senhor Presidente disse que na última reunião da AMCAL- Associação de Municípios do Alentejo Central, teve oportunidade de referir que os contentores desenhados deveriam, pelo menos, ter cor (azul, verde e amarelo). Informou que irão ser feitos novos outdoors, diferentes, mais apelativos e que irão substituir os existentes. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos disse que numa reunião anterior se referiu à possibilidade de financiamento de cinquenta mil euros para a sensibilização para a reciclagem, com uma taxa de comparticipação de 90%. Perguntou se o Município avançou com alguma candidatura para estas matérias. -----

O Senhor Presidente, em resposta, referiu que irá informar-se para poder esclarecer posteriormente. ----

Ponto quatro) Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às

Atividades Culturais- Nos termos da proposta da Divisão de desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a Câmara deliberou por unanimidade transferir as seguintes verbas: -----

- Para o Grupo Coral Feminino Cantares de Alcáçovas /4º Trimestre de 2022 – 306,00€ (trezentos e seis euros); -----
- Para o Grupo Coral Os “Trabalhadores de Alcáçovas” /4º Trimestre de 2022- 222,00€ (duzentos e vinte e dois euros); -----
- Para o Grupo Coral Os “Trabalhadores de Alcáçovas/ Grupo Coral Juvenil/4º Trimestre de 2022 – 207,30€ (duzentos e sete euros e trinta cêntimos) -----

Ao abrigo do mesmo Regulamento e sem a presença da Senhora Vice-Presidente por se encontrar impedida, a Câmara deliberou, com quatro votos favoráveis, transferir as seguintes verbas:

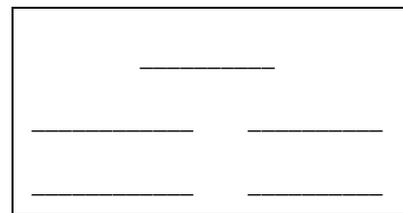
- Para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense/ Escola de Dança/ 4º Trimestre de 2022- 605,70€ (seiscentos e cinco euros e setenta cêntimos); -----
- Para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense/ Grupo Coral Feminino “Paz e Unidade de Alcáçovas” /4º Trimestre de 2022 – 306,00€ (trezentos e seis euros) -----

Sem a presença do Senhor Vereador António Costa da Silva por se encontrar impedido, a Câmara deliberou, com quatro votos favoráveis, transferir a seguinte verba: -----

- Para a Associação dos Amigos das Alcáçovas, no âmbito do Projeto “Alcáçovas Outdoor Trails” /4º trimestre de 2022 – 600,00€ (seiscentos euros) -----

Ponto cinco) Proposta de transferência de verba para a Associação G.A.T.A. – Grupo de Amigas

Trianeras do Alentejo- Nos termos da proposta da Divisão de Cultura e Desporto, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Associação Grupo de amigas Trianeras do Alentejo, a importância de



2 000,00 (dois mil euros) como comparticipação nas despesas de aquisição de vestidos, outras roupas e acessórios para as classes de dança da referida associação.-----

Ponto seis) Proposta de transferência para a ASTAVA – Associação de Solidariedade dos Trabalhadores das Autarquias Locais do Concelho de Viana do Alentejo

– Nos termos da proposta da Divisão de Cultura e Desporto, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para a ASTAVA – Associação de Solidariedade dos Trabalhadores das Autarquias Locais do Concelho de Viana do Alentejo, a importância de 3 600,00€ (três mil e seiscentos euros) como comparticipação nas despesas relativas ao 2º semestre de 2022.-----

Ponto sete) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente datado de 17 de fevereiro de 2023, que concedeu licença à Associação A.M.Ar.T (Associação de Artes e Tradições de Alcáçovas) para

a realização de um Desfile de Corso Carnavalesco, em Alcáçovas, no dia 21 de fevereiro de 2023-

A Câmara ratificou por unanimidade o despacho do Senhor Presidente exarado a 17 de fevereiro de 2023, que concedeu licença à Associação de Artes e Tradições de Alcáçovas para a realização de um desfile de carnaval, em Alcáçovas, no dia 21 de fevereiro de 2023.-----

Ponto oito) Proposta de emissão de parecer favorável à passagem por este Município da “40ª Volta ao Alentejo” (Prova velocipédica que decorrerá de 22 a 26 de março de 2023) -

Foi apresentada a proposta de emissão de parecer favorável quanto à passagem por este Concelho da prova velocipédica denominada “40ª Volta ao Alentejo”, que se realizará entre 22 e 26 de março de 2023. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou perguntou se existirá alguma meta volante no concelho, tendo o Senhor Presidente respondido que este ano não. -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou emitir parecer favorável à passagem da prova neste concelho. ----

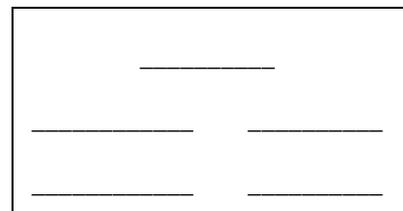
Ponto nove) Proposta de aprovação da minuta do contrato de financiamento para Aquisição de equipamento de projeção digital de Cinema (DCP) e de vídeo, imagem e tecnologia para cineteatros e

centros de arte contemporânea públicos- Tendo esta proposta sido explicada no período Antes da Ordem do Dia, pela Técnica Vanda Viriato, não se verificaram quaisquer intervenções. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a minuta de contrato de financiamento a celebrar com o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais(GEPAC), no montante de 150 000,00€(cento e cinquenta mil euros), sem inclusão de IVA, correspondente ao valor do investimento com a aquisição de equipamento de projeção digital de cinema e de vídeo, imagem e tecnologia para o Cineteatro Vianense, no âmbito do Projeto “ Aquisição de Equipamento de Projeção Digital de Cinema(DCP) e de vídeo, imagem e tecnologia para Cineteatros e Centros de Arte Contemporânea Públicos”.-----

Ponto dez) Proposta de abertura de concurso para venda de quinze lotes de terreno destinados a habitação, nos termos do Regulamento Municipal aplicável-

O Senhor Presidente apresentou a seguinte



proposta para a abertura de concurso destinado à venda de quinze lotes habitacionais, nos termos do Regulamento Municipal aplicável:-----

“1. ASSUNTO

Venda de quinze lotes de terreno destinados a habitação propriedade do Município de Viana do Alentejo, nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de lotes de terreno para construção de habitação (RMALTCH), publicado em Diário da República, na 2.ª série – N.º 83, através do Aviso n.º 7524/2019, de 30 de abril e em vigor desde o dia 01 de maio de 2019.

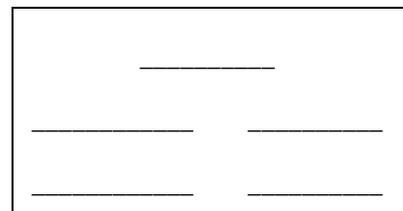
2. OBJETO / OBJETIVO

Tendo por objetivo a venda dos seguintes imóveis, propriedade do Município de Viana do Alentejo:

- Localizados no **Loteamento António Dores Paitio**
- Localizados no **Loteamento António Dores Paitio**
- Localizados no **Loteamento António Dores Paitio**

N.º do Lote	Artigo Matricial	Morada	Desc. Conservatória	Área total da parcela	Área de implantação	Área de construção	Pisos	Valor base de venda (€)	Data de aprovação do projeto de loteamento
14	3089	Rua da Barca nº 10	1554	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000
15	3090	Rua da Barca nº 12	1555	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000
16	3091	Rua da Barca nº 14	1556	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000
17	3092	Rua da Barca nº 16	1557	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000
18	3093	Rua da Barca nº 18	1558	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000
19	3094	Rua da Barca nº 20	1559	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000
20	3095	Rua da Barca nº 22	1560	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000

N.º do Lote	Artigo Matricial	Morada	Desc. Conservatória	Área total da parcela	Área de implantação	Área de construção	Pisos	Valor base de venda (€)	Data de aprovação do projeto de loteamento
1	2867	Rua D. Joana da Gama nº35	1299	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
2	2868	Rua D. Joana da Gama nº33	1300	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
3	2869	Rua D. Joana da Gama nº31	1301	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
4	2870	Rua D. Joana da Gama nº29	1302	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
5	2871	Rua D. Joana da Gama nº27	1303	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
6	2872	Rua D. Joana da Gama nº25	1304	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
7	2873	Rua D. Joana da Gama nº23	1305	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
8	2874	Rua D. Joana da Gama nº21	1306	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997



3. FUNDAMENTAÇÃO

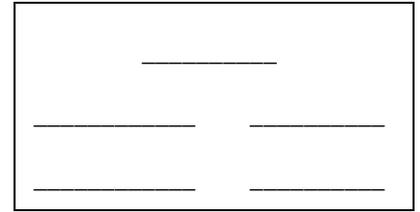
Propõe-se que a Câmara Municipal de Viana do Alentejo, delibere nos seguintes termos e respetiva fundamentação:

- 1. Admissibilidade ao concurso:** nos termos do disposto no n.º do art.º 5.º do RMALTCH, os lotes só poderão ser atribuídos aos candidatos maiores que tenham residência fixa no concelho há pelo menos dois anos e que não possuam eles próprios nem nenhum elemento do seu agregado familiar habitação própria ou terreno com capacidade edificatória para habitação em qualquer freguesia do concelho;
- 2. Forma de atribuição:** nos termos do n.º 3 do art.º 4.º do RMALTCH, a atribuição dos lotes é feita à proposta de montante mais elevado, recebida em carta fechada;
- 3. Prazo de apresentação de propostas:** nos termos do n.º 2 do art.º 4.º do RMALTCH, o prazo da receção das candidaturas é de 30 dias contados da data do edital de publicitação de atribuição de lotes para fins habitacionais, contados em dias úteis tendo por base o disposto no art.º 17.º do RMALTCH;
- 4. Data da realização do ato público para abertura de propostas:** de acordo com o n.º 6 do art.º 4.º do RMALTCH, após término do prazo do concurso a Câmara Municipal notificará os candidatos sobre a data da reunião camarária na qual serão abertas as propostas;
- 5. Critério de adjudicação:** ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 4.º do RMALTCH, e tal como referido anteriormente, os lotes serão atribuídos aos candidatos que apresentem a proposta de montante mais elevado;
- 6. Preço base de adjudicação:** ao abrigo do disposto do n.º 4 do art.º 4.º do RMALTCH, compete à Câmara Municipal a definição do preço base de cada lote. O mesmo encontra-se definido na tabela indicada no ponto 2. A determinação do preço base de adjudicação teve por base uma avaliação de imóveis, efetuada por perito externo ao Município, tendo em conta o explanado no art.º 79.º do DL n.º 280/2007, de 07 de agosto, na sua versão atual, que estabelece o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público.
- 7. Escritura pública:** ao abrigo do disposto do n.º 1 do art.º 9.º do RMALTCH, a escritura de compra e venda dos lotes será realizada no prazo máximo de dois meses após a atribuição dos mesmos.

Caso os lotes constantes na presente proposta não sejam alienados na sua totalidade, é intenção da Câmara Municipal desenvolver um novo processo de atribuição de lotes para fins habitacionais, deixando de ser obrigatória a residência de candidatos no concelho, por forma a tornar possível a fixação de pessoas, de acordo com o exposto no número 8 do art.º 5.º do RMALTCH.” -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos congratulou-se pela proposta apresentada, relativa à abertura de concurso para a venda de lotes em dois loteamentos habitacionais de Viana do Alentejo, concretamente na Quinta do Marco e no loteamento António Dores Paitio, tal como os Vereadores do PS haviam preconizado há cerca de um ano. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos, no âmbito da proposta para venda de lotes habitacionais, realçou o que dispõe o Regulamento Municipal aplicável, no nº 9 do seu artigo 5º, concretamente o seguinte: -----



“A câmara Municipal, no sentido de incentivar a fixação de jovens, poderá condicionar a atribuição de lotes a jovens casais (namorados, casados ou em união de facto), cuja média de idades não seja superior a trinta e cinco anos”. -----

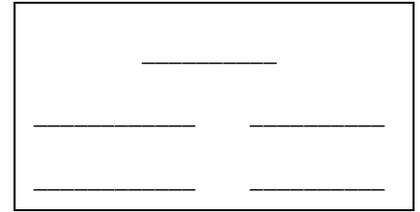
Disse que esta disposição regulamentar lhe parece muito importante, pois tal como foi referido há cerca de um ano, as maiores preocupações prendem-se com a primeira habitação dos jovens casais. O Senhor Vereador Luís Metrogos, neste contexto, propôs que a Câmara lance mão desta disposição regulamentar para que o termo “poderá” se torne num “deverá”, condicionando efetivamente a atribuição de uma parte dos lotes que irá disponibilizar, aos jovens casais referidos no nº 9 do artigo 5º do Regulamento respetivo. -----

Este Vereador acrescentou a necessidade desta disponibilização de lotes ocorrer também em Alcáçovas e em Aguiar, à semelhança de Viana do Alentejo. -----

Depois de algum debate sobre a operacionalização desta disposição regulamentar, nomeadamente quanto ao número e localização de lotes a disponibilizar a jovens casais, em cada loteamento; foi deliberado por unanimidade que o Senhor Presidente promova a obtenção de uma proposta por parte dos técnicos da câmara sobre esta matéria, de âmbito social, que fundamente quais os lotes a disponibilizar ao abrigo do condicionamento referido no nº 9 do artigo 5º do Regulamento Municipal aplicável. Também por unanimidade, a Câmara deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para, neste pressuposto, desencadear os procedimentos necessários à abertura de concurso para venda de lotes habitacionais, reservando cerca de metade para serem atribuídos com o condicionamento referido no nº 9 do artigo 5º do Regulamento Municipal aplicável, sujeitando posteriormente essa decisão a ratificação da Câmara Municipal.-----

Ponto onze) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente datado de 17 de fevereiro de 2023, que concedeu licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas à A.M.Ar.T(Associação de Artes e Tradições de Alcáçovas), para realização de um evento musical (Desfile de Corso Carnavalesco), no dia 21 de fevereiro de 2023- A Câmara ratificou por unanimidade o despacho do Senhor Presidente exarado a 17 de fevereiro de 2022, que concedeu licença de ruído à Associação de Artes e Tradições de Alcáçovas, para a realização do desfile de Carnaval, em Alcáçovas, no dia 21 de fevereiro de 2023, isentando-a do pagamento das respetivas taxas.-----

Ponto doze) Proposta de emissão de licença especial de ruído e de isenção do pagamento de taxas para evento musical (Baile de Finalistas), organizado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação de Viana do Alentejo, a realizar no dia 11 de março de 2023- A Câmara deliberou por unanimidade conceder licença especial de ruído à Associação de Pais e Encarregados de Educação de



Viana do Alentejo e Aguiar para a realização do baile de finalistas que terá lugar no dia 11 de março de 2023, isentando-a do pagamento das respetivas taxas.-----

Ponto treze) Proposta de emissão de licença especial de ruído para evento musical, organizado por

Maria João Calhau Caeiro, no dia 19 de março de 2023- A Câmara deliberou por unanimidade conceder licença especial de ruído a Maria João Calhau Caeiro para a realização de um evento musical no Bar das Piscinas Municipais de Viana do Alentejo, no dia 19 de março de 2023. -----

Ponto catorze) Proposta de aprovação da 4ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa-

Com dois votos favoráveis e três abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luís Metrogos, Sara Grou e António Costa da Silva, a Câmara aprovou a 4ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto quinze) Proposta de aprovação da 4ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de

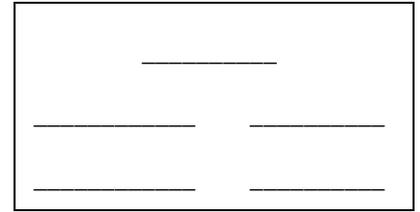
Investimentos- Com dois votos favoráveis e três abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luís Metrogos, Sara Grou e António Costa da Silva, a Câmara aprovou a 4ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Ponto dezasseis) Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para 2023, a fim de ser submetido à

Assembleia Municipal- Relativamente à proposta de mapa de pessoal para 2023, o Senhor Vereador Luís Metrogos recordou que esta é a terceira vez que a proposta de mapa de pessoal para o corrente ano, é submetida à Câmara Municipal. A versão hoje apresentada contempla 34 novos postos de trabalho ao invés dos 57 que figuravam na primeira versão apresentada em dezembro de 2022. Disse este Vereador que destes 34 novos postos de trabalho, 14 reportam-se a consolidações de mobilidade e a mobilidades intercarreiras, pelo que o aumento real é assim de 20 postos de trabalho. Disse este Vereador que apesar da redução do número de postos de trabalho, o impacto deste mapa é ainda muito grande na viabilidade económica do Município dado que se trata de uma despesa permanente e que no corrente ano contribui para o desequilíbrio orçamental a que nos referimos na reunião anterior. Disse ainda este Vereador que, apesar de tudo, a alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, referente à distribuição do saldo do ano anterior, foi aprovada na última reunião, aprovação essa viabilizada através da abstenção do Senhor Vereador do VIVA, que não acompanhou a grande preocupação dos Vereadores do PS quanto ao Orçamento Municipal de 2023 e à sustentabilidade financeira do Município nos próximos anos. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos desejou que as preocupações manifestadas pelos Vereadores do PS não se confirmem, pois caso contrário o Município de Viana do Alentejo terá problemas no próximo ano, tal como referido na última sessão da Assembleia Municipal. -----

Disse este Vereador que devido ao facto da alteração modificativa ao Orçamento da Despesa ter sido aprovada e considerando que o mapa de pessoal é essencial para que se efetivem as mobilidades



intercarreiras, matéria relativamente à qual os Vereadores do PS são muito sensíveis (há trabalhadores a exercer funções de complexidade superior relativamente às carreiras em que estão inseridos), os Vereadores do PS irão abster-se nesta proposta.-----

Acrescentou que pese embora as grandes preocupações já manifestadas com a sustentabilidade financeira do Município, os Vereadores do PS irão abster-se na votação da proposta do mapa de pessoal ora apresentada, dado não dever atrasar-se muito mais a concretização das mobilidades intercarreiras, a cujos trabalhadores envolvidos, este Vereador deixou uma palavra de incentivo. -----

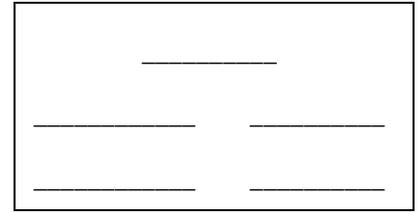
A Senhora Vereadora Sara Grou, em complemento da intervenção do Senhor Vereador Luís Metrogos, considerou de relevante importância a concretização das mobilidades intercarreiras previstas na proposta de mapa de pessoal em apreço, dado que isso possibilitará que mensalmente as pessoas auferam o vencimento a que têm direito. Considerou também muito importante que sejam criadas condições para que não existam trabalhadores sobrecarregados com diversas funções quando as mesmas deveriam estar repartidas por um maior número de efetivos. Contudo - disse - o processo de concertação do mapa de pessoal tem sido algo longo, na tentativa de encontrar a solução mais consensual possível e daí que tenha pedido desculpas aos trabalhadores que irão beneficiar das mobilidades intercarreiras, pelo tempo que todo este processo demorou. Esta Vereadora concluiu reafirmando que apesar das preocupações com a sustentabilidade financeira do Município, os Vereadores do PS irão abster-se, com os fundamentos já referidos. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva recordou que a força política VIVA votou contra os Documentos Previsionais para 2023, tanto pelo conjunto de medidas orçamentais que encerra, como pelo conjunto de ações que não foram cumpridas. Disse este Vereador que o mapa de pessoal, intrinsecamente ligado ao Orçamento e com implicações estruturais neste, não foi aprovado pelo VIVA, numa posição que considera consistente. -----

Disse o Senhor Vereador António Costa da Silva que atendendo às iniciativas e investimentos em curso, o VIVA decidiu viabilizar a integração do saldo que transitou da gerência de 2022, no âmbito das alterações modificativas ao Orçamento. Contudo-disse-associada a esta matéria, está a responsabilidade de gerir e executar o Orçamento, no sentido do seu equilíbrio. -----

Quanto à proposta de mapa de pessoal hoje apresentada, disse este Vereador que ela contempla mudanças com algum significado, relativamente à primeira proposta. -----

Em relação à segunda proposta de mapa de pessoal, as alterações são pouco significativas-disse. Acrescentou que o VIVA estaria sempre disponível para viabilizar as situações de mobilidade intercarreiras, bem como as situações de necessidades decorrentes da substituição de trabalhadores, incluindo as situações de substituição do pessoal em mobilidade, quando os trabalhadores do Município,



em mobilidade noutros organismos, consolidassem essas mobilidades nesses organismos e deixassem de estar vinculados a este município. Este Vereador recordou a sugestão que fez quanto à admissão de três técnicos superiores, indicando inclusive as respetivas áreas e os respetivos fundamentos (jurídica, urbanística e informática). Realçou que, por princípio, será de evitar o aumento do mapa de pessoal, com repercussões no Orçamento, a nível estrutural. -----

O Senhor Presidente, quanto à referência feita pelo Senhor Vereador Luís Metrogos de que o mapa de pessoal contribui para o desequilíbrio orçamental no corrente ano, disse que segundo a informação de que dispõe, o contributo do mapa de pessoal para esse desequilíbrio é de cerca de oito mil euros. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que a diferença entre o mapa de pessoal inicial e a presente proposta, é de vinte e duas pessoas, as quais ficam a fazer falta porque as equipas estão a trabalhar em esforço. Disse que é importante ter a noção de que a proposta apresentada resolve metade do problema em termos de pessoal, embora contemple a “regularização de carreiras”, sendo que há trabalhadores a aguardar por isso “há 20 anos”. -----

O Senhor Presidente concluiu, referindo que apesar de não ser este o mapa que pretendia para resolver os problemas dos serviços, fica satisfeito por poder “regularizar as carreiras às pessoas” e colmatar três ou quatro falhas evidentes.-----

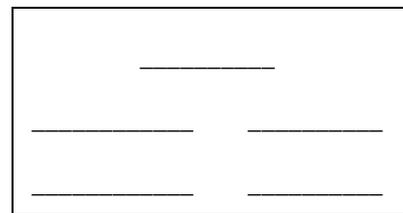
O Senhor Vereador António Costa da Silva perguntou quantos arquitetos existiam na câmara em 2005, data em que não existia qualquer crise e em que havia muita construção em Viana do Alentejo. -----

O Senhor Presidente respondeu que na data referida existiam seis ou sete arquitetos-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse não ter essa ideia, sendo importante obter essa informação, quer em 2005, quer em 2015. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos, relativamente à votação dos Documentos Previsionais em dezembro de 2022, referiu que a essa data, o Orçamento encontrava-se equilibrado. Contrariamente, com a inclusão e afetação do saldo de operações orçamentais transitado de 2022, passou a verificar-se um desequilíbrio orçamental de quase oitocentos mil euros, na alteração modificativa apresentada. Disse ainda este Vereador que tratando-se de um desequilíbrio em despesas correntes, esta situação é muito perigosa e daí o voto contra por parte dos eleitos do PS. Acrescentou que lhe parece estar justificado o sentido de voto no Orçamento em dezembro de 2022 e o sentido de voto na alteração modificativa em fevereiro de 2023, sublinhando que a questão da consistência na votação prende-se com a alteração verificada.-----

Disse o Senhor Vereador Luís Metrogos que aquilo que lhe parece ser difícil de entender é “como é que se vota contra o Orçamento em dezembro e se viabiliza, pela abstenção, uma alteração modificativa”. Quanto a si - disse - “isto é que não é consistência”. -----



Disse ainda o Senhor Vereador Luís Metrogos que as razões que o Senhor Vereador António Costa da Silva invocou para justificar a abstenção na votação da alteração modificativa ao Orçamento, aludindo aos investimentos em curso, não lhe parece válida. Efetivamente-disse-a alteração modificativa poderia voltar à Câmara na reunião seguinte, para além da possibilidade de serem efetuadas alterações permutativas, de forma a não condicionar qualquer investimento. -----

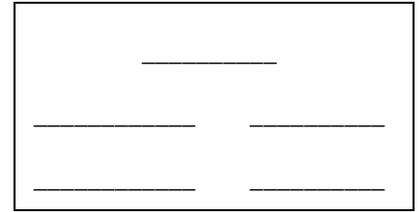
O Senhor Vereador António Costa da Silva, em resposta à intervenção do Senhor Vereador Luís Metrogos, referiu que em 2022, todas as alterações orçamentais passaram pela Câmara, tendo inclusivamente o Senhor Vereador Luís Metrogos, a dado passo, solicitado aos serviços, um resumo de todas as alterações ocorridas. Assim, pelas alterações orçamentais que foram sendo realizadas e pelas despesas que foram efetuadas, era expectável que se chegasse ao resultado a que se chegou, ou seja, em outubro ou novembro do ano passado, já se conhecia, grosso modo, o valor do saldo que iria transitar. Assim-disse-quando foram aprovados os Documentos Previsionais, isto já era conhecido. Mais à frente-disse-a posição dos Vereadores do PS é que é contraditória, colocando em causa o histórico de situações em que o desequilíbrio orçamental ultrapassou os oitocentos mil euros num dos anos dos mandatos autárquicos do PS.-----

Disse o Senhor Vereador António Costa da Silva que se o VIVA não tivesse viabilizado a alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, neste momento o Município estaria limitado na execução de projetos, gerando isso desequilíbrio de curto prazo. Acrescentou que a posição tomada foi consciente, sendo que o VIVA não tinha obrigação de a tomar, dado que não tinha viabilizado os Documentos Previsionais para 2023. -----

Disse ainda o Senhor Vereador António Costa da Silva que o PS, alinhando nesta proposta de mapa de pessoal e em todas as implicações orçamentais dela decorrentes, está a contribuir para um potencial desequilíbrio orçamental garantido em 2023. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos, em relação à intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva, referiu que lhe parece importante esclarecer o seguinte: -----

As alterações orçamentais que vão sendo aprovadas ao longo do ano, são permutativas, não se podendo confundir com as alterações modificativas. Assim, embora fosse expectável, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais, em dezembro de 2022, o montante do saldo que iria transitar para 2023; não era conhecida a respetiva distribuição pelas diversas rubricas da Despesa, ou seja, não era conhecida a afetação que o Senhor Presidente iria dar a esse montante nem a sua repartição entre despesas correntes despesas de capital. Disse este Vereador que se a incorporação do saldo ocorrer em despesas de capital, a sua aplicação destina-se a investimento e é mais fácil de gerir. Contrariamente, se a opção for favorecer a despesa corrente- tal como sucedeu- essa opção é perigosa porque as despesas correntes



são as despesas do dia-a-dia e a verba esvai-se sem quase se dar conta. Disse este Vereador não reconhecer nas votações do PS quanto ao Orçamento e quanto à alteração modificativa de distribuição do saldo, qualquer inconsistência: Em dezembro, na votação dos Documentos Previsionais, os Vereadores do PS abstiveram-se, possibilitando o avanço dos projetos previstos, com destaque para a Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa. A alteração modificativa que procedeu à incorporação e distribuição do saldo, se não tivesse sido aprovada na última reunião, poderia ter sido revista e passar a contemplar outra distribuição do saldo, favorecendo mais as despesas de capital em detrimento das despesas correntes. -----

Disse ainda este Vereador que em situação de necessidade decorrente de alguma situação urgente, sempre se poderia utilizar o mecanismo da aprovação de uma alteração permutativa por despacho do Senhor Presidente, sujeitando-a depois a ratificação da Câmara. Assim, não era imprescindível a aprovação da alteração modificativa na reunião anterior. -----

Ainda quanto a consistência, este Vereador reiterou não se perceber como é que se vota um Orçamento contra e se viabiliza, pela abstenção, uma alteração modificativa a esse Orçamento. -----

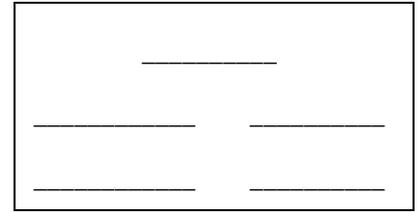
O Senhor Vereador Luís Metrogos concluiu referindo que o voto contra dos Vereadores do PS na alteração modificativa, deve-se exclusivamente ao facto da distribuição do saldo ter sido excessiva em despesas correntes, com a perigosidade das verbas serem gastas “num estalar de dedos”. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva recordou que os Vereadores do PS, aquando da proposta de aprovação da alteração modificativa que procedeu à afetação do saldo, não apresentaram qualquer alternativa concreta para essa afetação, limitando-se a tomar uma posição genérica de “para despesa de capital, sim, para despesas correntes, não!”. Disse este Vereador que existe um Orçamento para gerir e o executivo tem essa responsabilidade (e não só o executivo em regime de permanência). Assim-disse-é responsabilidade de todo o executivo estar atento ao equilíbrio orçamental ao longo do ano e daí que seja necessário o acompanhamento da gestão orçamental. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos disse concordar quanto à necessidade de acompanhamento da gestão orçamental, embora seja ao executivo em regime de permanência que compete essa gestão. -----

O Senhor Presidente disse discordar com muitas das coisas que foram ditas, sublinhando que o desequilíbrio orçamental é sempre referido a despesas correntes e que esse desequilíbrio, na fase de incorporação dos saldos transitados, sempre ocorreu anteriormente e até com valores substanciais:

- Em 2019 – 677 844,40€
- Em 2020 – 373 755,89€ (verificou-se um estorno relativo à Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa)
- Em 2021 – 820 012,27€
- Em 2022 – 599 915,82€



•Em 2023 – 784 236, 27€

O Senhor Vereador Luís Metrogos voltou a sublinhar que o voto contra dos Vereadores do PS relativamente à alteração modificativa de integração do saldo, ficou a dever-se ao facto desse saldo ser excessivamente aplicado em despesas correntes. -----

O Senhor Presidente, a este propósito, referiu que as rubricas de despesa corrente não estão sobredotadas e contêm apenas as verbas necessárias à atividade prevista. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, dirigindo-se aos Senhores Vereadores do PS (e dado que o Governo é de maioria PS), apelou a que exerçam a sua influência para que a verba correspondente a 7,5% da contrapartida nacional da Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, seja efetivamente recebida pelo Município. Disse este Vereador que independentemente do Município dever fazer essa exigência, os Senhores Vereadores do PS também podem fazer esse caminho. -----

Disse ainda este Vereador que ao longo do ano, em presença das alterações permutativas que forem surgindo, caberá a todos os Vereadores avaliá-las e exercer, se necessário, um papel travão, dado que o executivo não tem maioria. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos, quanto ao apelo feito pelo Senhor Vereador António Costa da Silva, que considerou importante, reiterou que os Vereadores do PS têm vindo a manifestar total disponibilidade para acompanhar o Município, subscrevendo o pedido que vier a ser feito e procedendo ao seu encaminhamento, se necessário. -----

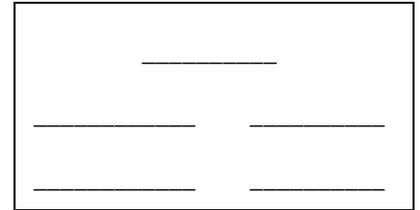
O Senhor Presidente considerou não ser necessário pedir isso aos Senhores Vereadores do PS, pois se o puderem fazer, quem ganha é o Município. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos referiu que o processo terá de ser desencadeado pelo Município, embora os Vereadores do PS possam ajudar no encaminhamento. -----

O Senhor Presidente disse que o executivo em regime de permanência está a tratar o que é sua obrigação no sentido de tentar ser ressarcido da verba em causa. Contudo- disse-as ajudas que vierem serão acolhidas, a bem do Município. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos solicitou que quando houver alguma comunicação nesse sentido, o senhor Presidente a faça chegar aos Vereadores do PS.-----

Passou-se de seguida à votação da proposta de mapa de pessoal para 2023, a qual foi aprovada com dois votos favoráveis, um voto contra, por parte do Senhor Vereador António Costa da Silva e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luís Metrogos e Sara Grou. -----



O Senhor Vereador António Costa da Silva, quanto à pergunta que fez sobre o número de arquitetos existentes na Câmara, em 2005 e em 2015, disse que o Serviço de Pessoal, entretanto, forneceu a informação é a seguinte: -----

- Em 2005, a Câmara tinha ao seu serviço um arquiteto-----
- Em 2015, a Câmara tinha ao seu serviço cinco arquitetos-----

Este Vereador realçou que em 2005, num contexto de muitas obras no concelho, a Câmara tinha apenas um arquiteto. -----

Em 2015, estavam na Câmara cinco arquitetos, provando-se assim que, por vezes, o aumento significativo de pessoas nos serviços não implica necessariamente que os mesmos melhorem. -----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezoito horas e trinta minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade. -----

Eu,

,Chefe da DGR, a subscrevi

O Presidente,

Os Vereadores,